

CI COPEL INFORMAÇÕES

ANO XXIV - Nº 182 - OUT/93

A MISSÃO DA COPEL É PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO PARANÁ PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE ENERGIA E EM ÁREAS VINCULADAS.

SOLENIDADES DE ANIVERSÁRIO HOMENAGENS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

págs. 2 e 3

**Petrobrás antecipa gás
de refinaria ao Paraná**
pág. 5

**Monitoração de raios:
vale a pena?**
pág. 16

**Lago de usina vira área
de lazer para a população**
pág. 10



Encontro discute modelo institucional do setor elétrico



Francisco Gomide (diretor-geral brasileiro da Itaipu), Gastão Luiz Andrade de Lima (diretor-geral do DNAEE), José da Costa Carvalho Neto (presidente do CODI), Carlos Arthur Krüger Passos (secretário de Planejamento/representante do governador), Aureliano Chaves (ex-ministro de Minas e Energia), João Carlos Cascaes (presidente da Copel), José Luiz Alquéres (presidente da Eletrobrás), Carlos Eloi (presidente da Cemig) e Nelson Vieira Barreira (presidente da ABCE). págs. 7 e 8

Empresa completa 39 anos com homenagens a empregados e aposentados

A Copel completou em 26 de outubro 39 anos de existência. Criada pelo Decreto nº 14.947 assinado pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, a empresa surgiu para dotar o Paraná de infra-estrutura energética capaz de gerar condições à industrialização e diversificação da economia e, ao mesmo tempo, promover o bem-estar da população. Quase quatro décadas depois, a Copel apresenta-se como a maior empresa do Paraná e a nona maior do Brasil, segundo levantamentos da Fundação Getúlio Vargas, que levou em conta indicadores patrimoniais e financeiros do balanço encerrado em dezembro de 1992.

Para celebrar o aniversário, um calendário de festejos, já tradicional na história da companhia, foi fixado com homenagens

aos empregados que completaram 10 e 25 anos de serviços prestados, e àqueles aposentados ao longo dos últimos doze meses. Ao todo, 215 empregados receberam certificados por tempo de serviço e 309 aposentados foram homenageados, em solenidades realizadas na capital e interior durante toda a semana. Foi celebrada uma Missa em Ação de Graças na Igreja de Santa Terezinha, no Batel, com a presença de diretores e empregados, e a participação dos corais infantil e adulto da Copel. A programação oficial alusiva ao 39º aniversário, foi aberta no dia 25 com o descerramento do retrato do engenheiro Francisco Gomide na galeria de ex-presidentes, e a inauguração da 9ª Exposição de Livros no auditório do edifício sede, em Curitiba.



Das mãos do ex-governador e presidente do Conselho de Administração da Copel, Ney Braga, o engenheiro João Carlos Cascaes recebeu o certificado pelos 25 anos de trabalho na empresa.



O engenheiro Francisco Luiz Gomide foi homenageado com a inauguração de sua fotografia na galeria de ex-presidentes da Copel. Emocionado, ele recordou seu ingresso na companhia trabalhando no Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza. "Tudo o que sou devo a esta companhia. Ela se consolidou na década de 60 pelas mãos do governador Ney Braga, expandiu-se tremendamente na década de 70, na de 80 conquistou o respeito deste país e tem tudo para brilhar nos anos 90. Aos amigos, faço um apelo final: cuidem bem da Copel", disse, ao agradecer a homenagem.



O presidente da Copel, João Carlos Cascaes, fez a saudação aos empregados que completaram 25 anos de empresa e a seus familiares, na sessão solene realizada no auditório do km 3, em 26 de outubro.





O gerente do CNTO, Thióphilo Cordeiro Neto, discursou em nome de todos os homenageados da noite, ressaltando a longa trajetória cumprida por eles dentro da empresa durante 25 anos de trabalho.



O coral infantil foi uma das atrações da sessão solene de comemoração do 39º aniversário da Copel no auditório do km 3.



O engenheiro João Carlos Cascaes presidiu a cerimônia de entrega de certificados de 10 e 25 anos de serviço e a homenagem prestada aos aposentados, seguida de jantar, na Superintendência Regional de Maringá, no dia 28 de outubro.



Solenidades em Cascavel.



Jantar homenageou os aposentados, em Curitiba.



Na semana do aniversário, o Museu da Energia apresentou a exposição "Usina de Chaminé: 62 anos em operação", com fotos, documentos e objetos históricos, no saguão do edifício-sede.



Ao destacar o importante papel da leitura no aperfeiçoamento humano, o engenheiro João Carlos Cascaes, abriu oficialmente a IX Exposição de Livros no auditório da sede, na manhã do dia 25 de outubro. Acompanhado de sua mulher, Tânia Cascaes, do engenheiro Francisco Gornide, diretor geral da Itaipu Binacional, e do engenheiro Antonio Otélio Cardoso, diretor de Engenharia e Construção da Copel, Cascaes entregou os prêmios aos vencedores do concurso Marca e Frase - Copel Ano 40.

Concurso de Marca e Frase

Mais de 300 participantes - com 950 trabalhos - e 518 marcas" de outros 300 inscritos: esse volume é o que duas comissões, distintas, tiveram de analisar para escolher alguns que fossem premiados.

Frases

A comissão julgadora, desta categoria, esteve composta por Ubiratã de Matos, diretor do Centro de Pós-Graduação das Faculdades Tuiuti, Justiniano Antão do Nascimento, da SCD, Simone Aparecida Scora, da SSC e Romeu Franzen, da ARP.

O resultado

1º lugar: Copel Ano 40 - Não precisa acender velinhas (de José Carlos Rosa - SRC/CDCN)

2º Lugar: Copel Ano 40 - Uma questão de energia (de Frederico F. Duarte - dependente - DAD/ESPA)

3º lugar: Copel Ano 40 - Uma história de sucesso não se faz com poucas linhas (de Cesar Augusto Daros - SML/DPMC)

Menções honrosas

Copel Ano 40 - A vida evolui com essa força (de Adilson



José Carlos Rosa, primeiro lugar no Concurso de Frase, recebe o prêmio das mãos da socióloga Tânia Cascaes, esposa do presidente.



IX EXPOSIÇÃO DE LIVROS SUCESSO COM QUALIDADE

Nove expositores participaram da IX Exposição de Livros, organizada pela Divisão de Biblioteca, como parte das solenidades de 39º aniversário da Empresa. O livro de visitas foi assinado por 587 pessoas. Ao todo, foram vendidos 1.843 exemplares de livros e feitas 63 assinaturas de revistas diversas.

Rodrigues - SRL/CNRP)

Copel Ano 40 - Quatro décadas a fio (de Antonio Placido F. Fagundes - SRP/CNRP)

Copel Ano 40 - A certeza de um futuro mais claro (de Dari José D. Weber - SOG/DPRE)

Copel Ano 40 - Presente no futuro desde o passado (de José Luiz da Silva - SAD/DPAC)

Marcas

Desidério Massimo Pansera (Opus & Multipla), Marat Veiga de Amorim (Secretaria do Estado da Comunicação Social) e Adalice Araujo (Escola de Música e Artes do Paraná), formaram a comissão julgadora desta categoria.

Resultado

1º lugar: João Carlos Dossena - SSU/DPAA

2º lugar: Júlio C. Nascimento - SOT/DPSE

3º lugar: Geraldo S. de Souza - SRM/CDCM

Prêmios incentivo

Antonio Placido F. Fagundes - SRP/CNRP

Adalizia Pankievicz - SRH/DPDP



João Carlos Dossena recebe das mãos do presidente da empresa João Carlos Cascaes o prêmio obtido pela conquista do primeiro lugar no Concurso de Marca.

Copel Ano 40 - Concurso de Marca e Frase



Marcas premiadas.

Gás natural - mais cedo ou mais tarde?

Luiz Roberto Dantas Bruel

Os Estados brasileiros que receberão o gás natural da Bolívia consomem atualmente cerca de 3 milhões de m³ por dia. Passar, de um dia para outro, deste patamar para mais de 8 milhões de m³ por dia não será uma tarefa fácil de ser implementada na velocidade que todos gostaríamos. As distribuidoras terão que abrir o mercado, que é muito competitivo, altamente sensível ao fator preço, e atualmente está abastecido por outros energéticos, e os consumidores necessitarão transformar seus equipamentos para queimar o gás.

Por outro lado, o contrato de compra de gás da Bolívia prevê multas, (o "take or pay"), caso o volume contratado não seja atingido, o que onerará o preço do gás e poderá dificultar a vida das distribuidoras, especialmente em sua fase inicial de operação, caso o volume consumido pelo mercado seja inferior ao contratado.

Deve ser considerado que quanto antes se conseguir a venda de maiores volumes de gás, melhor, pois maior escala de produção provoca a redução do custo do gás fornecido. Por este motivo, é importante para a consolidação do gás natural na matriz energética, a antecipação do consumo, e no caso do Paraná, esta antecipação torna-se fundamental para garantir a vinda do gasoduto e a oferta de gás importado. Temos que reconhecer que este é um assunto que não depende exclusivamente da vontade dos paranaenses, mas temos que deixar bem claro a firme disposição de nossos consumidores em recebê-lo, sob pena de ficarmos sem este energético. Assim, é preciso uma cuidadosa articulação entre os 3 estados do Sul, na etapa de negociações, visando tornar irreversível a construção integral do gasoduto, ou seja, da Bolívia até Porto Alegre.

Entre as opções que se apresentam, está a antecipação da construção do trecho entre São Paulo e Curitiba, permitindo o atendimento do

mercado paranaense, em um prazo mais curto, com gás de origem nacional, já disponível em São Paulo, o que não deixará dúvida quanto ao objetivo da Petrobrás de oferecer gás aos mercados do Sul. Esta rota permite a utilização deste trecho do gasoduto tão logo esteja concluído, bastando a interligação com os gasodutos já existentes em São Paulo, e supri-lo com gás nacional das regiões de Campos ou Merluzza, que possuem temporariamente excesso de oferta. Tem ainda a vantagem de tornar irreversível a construção integral do gasoduto, eliminando o risco de que uma futura mudança de planos ou um corte de verba sejam pretexto para o cancelamento da construção do trecho São Paulo - Curitiba - Porto Alegre.

Outra alternativa, também viabilizadora da construção integral do gasoduto, é iniciar o suprimento com gás do pólo de Tubarão e a construção do tre-

cho do gasoduto entre São Francisco do Sul e Curitiba. Esta hipótese pode ser de grande interesse regional, pois implica também a passagem da operação de provisória para definitiva do pólo de Tubarão, no litoral de nosso Estado e de Santa Catarina, além de permitir o início da distribuição do gás simultaneamente nos dois Estados.

As possibilidades legitimamente paranaenses, como o gás de xisto de São Mateus do Sul e o gás da refinaria de Araucária, devem ser avaliados em seu devido contexto. O gás de xisto deve ser encarado como uma opção definitiva, pois os consumidores que optarem por ele não devem efetuar a substituição posterior por gás natural, parecendo mais lógico a criação de um pólo industrial em São Mateus do Sul, levando indústrias ao encontro do gás em lugar de trazê-lo a um mercado que poderá em breve ser abastecido

também pelo gás natural. Já o gás de refinaria encontra sua aplicação mais favorável nos consumidores que estejam localizados nas proximidades da refinaria de Araucária, iniciando todo um processo de criação de um mercado novo. Este gás é o único que poderá ser distribuído em menos de um ano e no futuro poderá ser substituído pelo gás natural sem maiores problemas.

A construção antecipada do gasoduto, além de permitir a ampliação do mercado paranaense, assegurará definitivamente o futuro suprimento da região com o gás boliviano. As vantagens do energético gás natural devem ser colocadas também à disposição dos setores de consumo do Paraná e do Brasil, deixando de ser um privilégio da região Sudeste.

Luiz Roberto Dantas Bruel é superintendente de Energias Alternativas

Petrobrás antecipa fornecimento de gás ao Paraná

"A Petrobrás vai repassar, de imediato, 120 mil m³/dia de gás de refinaria ao Paraná". O compromisso foi assumido em 15.10 pelo superintendente do grupo executivo para viabilização do projeto de gás da Bolívia, Luiz C. L. Costamilan, durante reunião com diretores da Copel e empresários paranaenses.

A antecipação do fornecimento pela Petrobrás viabiliza o atendimento às indústrias próximas à Refinaria, onde existe um mercado potencial estimado para consumo de 300 mil m³/dia, segundo estudos da Copel.

Já para o fornecimento de gás natural, proveniente da Bolívia, a Petrobrás condiciona a existência de uma parceria concreta entre a Copel, a Petrobrás Distribuidora e a iniciativa privada. Essa parceria envolvendo o setor privado deve, ainda, viabilizar a existência de um mercado que garanta o consumo. Neste contexto da parceria, afirma Costamilan, a BR Distribuidora está disposta, inclusive, a repartir os riscos com a Copel. E a iniciativa privada, conforme o presidente da FIEP, Ari Paiva de

Siqueira, tem interesse em participar porque - afirma - "o Paraná dará muito breve uma arrancada no desenvolvimento. O processo de industrialização passa pelo projeto de modernização do parque industrial que, mais eficiente, terá produtos de melhor qualidade e mais facilidades para colocá-los no mercado". O setor industrial precisa, para tanto, da garantia de energéticos alternativos, onde o gás tem destaque de primeira grandeza. E a parceria - governos e iniciativa privada - sempre invocada, é a condição para o amplo entendimento e o esforço conjunto. "A iniciativa privada quer participar, mas com poder de mando", ressalva Ari Paiva de Siqueira.

O presidente da Copel João Carlos Cascaes, considera que a Empresa quer desenvolver o mercado do gás, para o qual tem a concessão no Paraná. Para tanto, a participação da iniciativa privada será motivo de análises.

Também participaram da reunião, na Copel, Ubiratan Clair, da Secretaria Executiva do MME, Antonio Cajueiro Costa, coordenador comercial do grupo executivo para a viabilização do projeto de gás da Bolívia, Eduardo Teixeira de Souza,

superintendente de Repar e técnicos dos órgãos envolvidos.

Mercado

O gás natural, um combustível de alto teor energético, além de pouco poluente, permitir a co-geração pelas indústrias, não necessitará armazenamento, poder ser consumido primeiro e pago depois, será necessariamente inserido na matriz energética do Paraná. Ainda mais quando se cogita eficiência empresarial, modernização e produtos competitivos no mercado.

No Paraná, a Copel estima um mercado para a colocação imediata de 1.160.000 m³/dia e previsão de crescimento para 1.750.000 m³/dia em 7 anos. Dirimida a dúvida da possibilidade de utilização de gás pela indústria paranaense - com a colocação imediata do energético no mercado - espera-se atitudes concretas dos empresários paranaenses em definir quem quer, quanto quer, onde quer e quando, para que o projeto de parceria seja viabilizado e se torne realidade também no Paraná.

A empresa precisa de uma Revista Técnica?

É crescente o senso de que os recursos básicos dos negócios contemporâneos não são somente capital, pessoal e equipamentos mas, principalmente, conhecimento e informação. As idéias constituem-se em peças-chave no atual cenário organizacional, sendo que os seus mecanismos promotores, aliados às informações, passam a desempenhar um papel de destaque no sucesso das organizações.

A partir deste senso referido, há de ser considerado que a Copel tem muito a ganhar se absorver alguns procedimentos marcantes do ambiente científico e tecnológico. Destacam-se nesse contexto a dinâmica de exposição de idéias e o enfrentamento de críticas, que utilizam como meio, além de reuniões e eventos técnicos específicos, as revistas de cunho científico e tecnológico. Este é o aspecto fundamental que mantém a racionalidade subjacente ao método científico de produzir e acumular conhecimento, na medida em que remete continuamente ao estado de validade transitória qualquer conhecimento e/ou informação nova, enraizada em seu meio. Uma revista técnica desempenha na empresa a promoção da exposição dos conhecimentos tecnológicos que sustentam o seu processo produtivo, submetendo-os à crítica generalizada do corpo técnico interno e externo do meio em que ela opera. A manutenção de expediente deste tipo cria condições de, continuamente, incrementar a racionalidade do processo decisório, no sentido de submetê-lo a uma base mais técnica de decisão e aprimorar o poder de resposta do corpo técnico aos desafios mutantes do atual cenário organizacional - condição valorizada de sucesso empresarial.

São relativamente pequenos os percalços a serem enfrentados na viabilização de uma revista técnica para a empresa, mas realçam-se como desafios sua manutenção e objetividade no cumprimento do papel descrito. A viabilização inicial de uma revista requer condições financeiras relativamente pequenas, que podem ser compartilhadas por empresas afins, através de uma abordagem setorial. Requer ainda, a montagem de um corpo edito-

rial de seleção e um estoque suficiente de artigos para os primeiros números. A partir daí realçam-se os principais desafios: induzir os técnicos da empresa a exporem, sistematicamente, suas idéias, experiências e trabalhos técnicos realizados e promover, através da própria revista, o debate técnico com artigos críticos, de base científica, técnica ou de opinião, que leve ao enfrentamento de idéias e promova uma orientação, pelo menos tecnicamente, melhor. É um desafio que requer, do corpo editorial, compromisso com resultados, a motivação e o espírito científico do corpo técnico da empresa, além da participação de todos os empregados.

No fundo, a viabilidade de uma revista técnica para a Copel é apenas um pequeno passo no extenso caminho de absorção da "metodologia científica" no tratamento dos problemas empresariais - um dos referenciais para o sucesso das empresas na próxima década.

A Copel começa a despertar para a idéia de uma publicação de base tecnológica que assuma o papel caracterizado aci-

ma: uma revista centrada sobre a problemática do setor energético regional. Desta forma, bem caracterizado seu escopo principal, a temática pode ser facilmente ajustada ao mercado alvo: o corpo técnico das empresas concessionárias de energia e fabricantes de produtos e equipamentos que operam no âmbito regional (Paraná e regiões vizinhas).

A viabilização econômica da revista pode ser obtida através de um esforço conjunto de não mais do que cinco empresas do setor que cotizariam seus custos operacionais para viabilizar a revista nos próximos cinco anos. Assim, com uma contribuição individual relativamente pequena, estas empresas seriam tituladas como patrocinadoras e receberiam um número de revistas proporcional ao tamanho de seu corpo técnico. A qualificação de conteúdo da revista seria sustentada pela definição de responsabilidade de um profissional da Copel da área de jornalismo e pela constituição de um corpo editorial formado por destacados profissionais das empresas mantenedoras, de reconhecida com-

petência e formação acadêmica compatível. Estes, além de selecionar e autorizar as publicações, teriam o importante papel de motivar o corpo técnico para a exposição de suas idéias e experiências. Além disso, seriam agregados à revista, além dos artigos técnicos, entrevistas de cunho científico e tecnológico, com a apresentação de considerações de caráter opinativo sobre as tendências de evolução tecnológica na área de energia e naquelas correlatas, bem como a explicitação dos atuais problemas técnicos enfrentados pelas empresas.

Assim, com este enfoque setorial, a revista pode constituir-se em instrumento efetivo de comunicação técnica neste meio, fazendo aflorar a discussão sobre a problemática do setor energético regional.

Haverá proximamente reunião aberta para a discussão sobre este empreendimento na Copel. Solicitamos aos interessados ou aqueles que tenham críticas ou sugestões para contatar Marcos Pessoa ou Eduardo Alvim (LAC/CGEO), pelo telefone 366-2020.

Copel integra exposição histórica no Palácio Iguazu

Para comemorar os 140 anos de emancipação política do Paraná, a Coordenação do Sistema Estadual de Museus organizou entre 20 de outubro e 17 de novembro, a pedido da direção da Assembléia Legislativa, uma exposição histórica no saguão do Palácio Iguazu. Convidada a participar, a Copel levou parte do acervo do Museu da Energia para contar um pouco da história da energia elétrica no Estado, desde a época dos primeiros lampiões a óleo instalados em Curitiba.

Além de objetos curiosos, o stand da Copel contou, também, com fotos das primeiras usinas construídas e documentos antigos. Entre eles, contratos para forneci-



mento de energia, livro-ata da primeira reunião da Copel, as primeiras ações e acionistas da empresa, e contas de luz do início do século.

Participaram, ainda, da exposição, a Assembléia Legislativa com documentos da emancipação, a Biblioteca

Pública com livros e documentos antigos, a Polícia Militar com fotos da época do Contestado e da Revolução Federalista, além de armas antigas. O Palácio Iguazu cedeu bandeiras históricas e o Museu Paranaense levou parte de seu acervo.

Papel da eletricidade no progresso do Paraná será pesquisado e virará livro

O que mudou na vida social da população e nos sistemas economicamente produtivos do Paraná em função da disponibilidade de eletricidade? Encontrar respostas para a pergunta, reconstituindo a história paranaense no período 1890-1990, é a tarefa encomendada pela Copel ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, conforme convênio assinado recentemente em Curitiba. O resultado final dessa pesquisa, em forma de livro com o título "A Importância da Energia Elétrica no Desenvolvimento Sócio-Econômico do Paraná", deverá ser entregue à direção da concessionária até o final de agosto de 1994.

"Queremos ajudar a resgatar e preservar a parte da história do Estado que pode ser vinculada diretamente à implantação, expansão e aprimoramento dos serviços de eletricidade", explica o presidente da Copel, João Carlos Cascaes. "Acreditamos que dessa pesquisa resulte um painel bastante interessante sobre a evolução dos modos e costumes da nossa gente, retratando a passagem da sociedade de um estágio quase artesanal de produção para a de uma economia de escala, tal qual a conhecemos hoje", completa.

Segundo o convênio, dez elementos do departamento de História da UFPR - entre professores, mestrandos e bolsistas - deverão se ocupar do trabalho, que cobrirá com especial ênfase o período a partir de 1940 - época em que se constituiu e consolidou o atual sistema de produção e distribuição de energia elétrica, e quando se acelerou o processo de urbanização e industrialização no Estado. Pela Universidade, firmaram o compromisso o reitor Carlos Alberto Faraco e o chefe do Departamento de História, Francisco Moraes Paz. Pela Copel, além do seu presidente, assinou o diretor Administrativo, Gino Azzolini Neto. Os trabalhos previstos no documento já foram iniciados.

Lacuna

O material disponível contando a evolução social e econômica do Paraná não teve a

preocupação específica de avaliar a trajetória histórica da energia elétrica, nem de associar sua disponibilidade às mudanças ocorridas. Ainda que todas essas obras representem importantes indicadores e contribuam de maneira efetiva para o conhecimento desse aspecto particular da história, há uma lacuna que a Copel está preocupada em preencher. É em tal contexto que deve ser entendida a utilidade da tarefa encomendada à Universidade: investigar, analisar, interpretar e quantificar o papel dos serviços elétricos como agente modificador dos hábitos e costumes da população, e como agente dinamizador dos processos industriais e econômicos.

Da pesquisa deverão surgir passagens curiosas relacionadas ao advento dos serviços elétricos, seja iluminando as ruas, as residências ou abrindo aos industriais acesso a atividades mais especializadas. Por exemplo, retratando o tempo em que ter luz elétrica em casa era motivo de dispendiosa ostentação. Um luxo tão caro que famílias abastadas providenciavam a instalação de uma única lâmpada em toda a casa, de preferência na sala para poder ser vista pelas visitas e por quem passava pela rua. Ou, um pouco mais adiante no tempo, a época dos racionamentos, onde

a população insatisfeita saía às ruas em passeata protestando contra a falta de energia elétrica. Um desses episódios ficou célebre: a "Noite das Velas", em 29 de agosto de 1951, na capital.

Quinta-feira, 30 de agosto de 1951

Pág 01 - Gazeta do Povo
"Aqui Jáz a Fôrça e Luz"
Constitui expressivo movimento de protesto a noite das velas - organizada pelos estudantes.

Aspectos da manifestação organizada, na noite de ontem, pelos estudantes paranaenses. O caixão simbólico em que foi enterrada a Companhia de Fôrça e Luz; os cartazes que a população carregou, um estudante discursando...

Realizou-se, ontem, conforme vinha sendo noticiado a "noite das velas" organizada e patrocinada pela União Paranaense de Estudantes e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, com a colaboração dos diversos diretórios e entidades universitárias da capital. A passeata, que tinha por objetivo protestar contra a crise de energia elétrica a que está submetida Curitiba pedindo providências, do Governo do Estado, para solução do problema, revestiu-se de êxito completo, havendo sido enorme o interesse que despertou, em todas as classes sociais,

sua efetivação.

Cêrca das 21 horas, já era grande a multidão, concentrada na Praça Ozório, local aprazado para a reunião dos manifestantes aguardando o início da passeata que se estendeu, pela Rua 15 de Novembro, até a Praça Tiradentes.

Os estudantes como o povo, em geral, carregavam velas acesas, cuja luz fazia contraste com a profunda escuridão em que imergia a cidade, depois das 22 horas.

Os cartazes, carregados pela massa popular, eram os mais significativos: "Aqui jáz a Companhia Fôrça e Luz"; "Queremos Luz"; "O Governo Deve Agir"; e etc..

A procissão das velas visitou também a residência do Governador do Estado onde, por entre os protestos dos populares o Sr. Munhoz da Rocha tentou explicar a situação em que se encontra a capital. Na Praça Tiradentes, onde se improvisou um comício, alguns estudantes fizeram uso da palavra, manifestando seu desagrado, pelo estado de coisas em que vivemos, hoje completamente às escuras e sem energia elétrica.

Não resta dúvida de que o povo, empolgado pela iniciativa dos universitários, concorreu para que a passeata de ontem fosse algo de marcante, na atualidade curitibana.

"Cãopanha" também lançada em Maringá

A Campanha de Prevenção contra mordedura de cães foi lançada também em Maringá. A Copel, os Correios e a Saneapar promoveram, em outubro, seminários em Maringá, Campo Mourão e Umuarama, para mais de 400 empregados que exercem funções vulneráveis a ataque de cães, como leituristas, carteiros e agentes comerciais.

Foram abordados temas como Raças de Cães e seus Costumes, Zoonoses com ênfase à raiva, Aspectos Gerais do Adestramento e Psicologia do animal.

O destaque do seminário ficou por conta do palestrante Sgtº Edson Roberto Borges, da Polícia Militar do Paraná, que



fez também demonstração prática do adestramento de cães no Largo da Catedral de Maringá, despertando a atenção de centenas de curiosos.

Paralelamente ao seminá-

rio, está sendo feita uma campanha, através de todas as emissoras de rádio da região, com o objetivo de conscientizar os mais de 360 mil consumidores e clientes dessas empresas.

Nova Lei de Concessões pode levar o setor elétrico ao caos

A forma como o Governo Federal pretende atrair capitais privados ao setor elétrico, estabelecendo a livre concorrência pelas concessões inclusive na distribuição de energia, terá conseqüências caóticas, desastrosas e inflacionárias. Caóticas porque de um momento para outro quase 3 mil municípios ficarão sem concessionária. Desastrosas porque vai pulverizar um patrimônio - construído majoritariamente com capital público - da ordem de 100 bilhões de dólares. E inflacionárias porque de todo o processo deverão resultar tarifastão mais caras quanto menor e mais pobre venha a ser o município onde ele reside.

Esse cenário é o que se poderá esperar caso o Congresso aprove a regulamentação do artigo 175 da Constituição, que trata da concessão dos serviços públicos no país, contida num substitutivo da Câmara Federal ao projeto de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso e que subverteu-lhe totalmente o conteúdo. O perigo de que o novo texto venha a ser aprovado tem levado o presidente da Copel, João Carlos Cascaes a seguidos contatos em Brasília com autoridades do Poder Executivo e com parlamentares da bancada paranaense, alertando-os e prevenindo-os para as conseqüências. "O que pretendia o projeto original era formular uma lei genérica, remetendo as peculiaridades de cada setor a legislação complementar e específica, mas o substitutivo faz exatamente o inverso e de forma

nociva a toda a sociedade", afirma.

Sem medo da concorrência

O presidente da Copel acha que a mobilização contra a aprovação do substitutivo deve ser ampla, e com esse objetivo a sua empresa alinha-se a entidades como o CODI - Comitê de Distribuição - colegiado integrado pelas principais empresas elétricas do Brasil, o Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo físico Luiz Pinguelli Rosa, e a Acesa - Associação Nacional das Empresas Estaduais de Energia Elétrica.

A posição da empresa paranaense sobre o assunto, explica seu presidente, pode ser resumida na necessidade de observar as diferentes necessidades, atribuições e finalidades de cada serviço público explorado mediante concessão da União. "No âmbito do setor elétrico há tantas especificidades que seria irracional tratá-lo no bojo de uma mesma lei que disciplinará também serviços como transportes coletivos, coleta de lixo e serviços funerários". Cascaes frisa que a contrariedade nada tem a ver com a perspectiva de sua empresa vir a enfrentar concorrência do capital privado: "Somos favoráveis às licitações, por exemplo para construção de novas usinas. Se há uma empresa no Brasil que sabe construir hidrelétricas, tirando delas o máximo provei-

to pelo menor custo, esta empresa é a Copel", assegura.

Energia mais cara

"O que não se entende - prossegue Cascaes - é colocar em licitação a concessão para a distribuição de energia, município por município". É que o substitutivo em tramitação declara extintas todas as concessões já vencidas e as concedidas sem prazo determinado. Isso deixaria sem concessão 3 mil dos 4.500 municípios do país, cujo suprimento elétrico teria de ser licitado num prazo entre 2 e 5 anos. Afora o absurdo de licitar 2 concessões por dia durante 5 anos, o dispositivo ainda traria enormes prejuízos aos consumidores, atingindo com maior impacto justamente os mais carentes. "Seria fantasioso imaginar que de todo esse processo restasse às empresas elétricas de capital estatal alguma concessão que fosse lucrativa", diz João Carlos Cascaes. E como conseqüência elementar, haveria a total desqualificação das tarifas, diferentes de um município para outro e evidentemente mais altas nos mercados menos rendosos - não por coincidência - os municípios mais pobres.

Da forma como está colocado no substitutivo da Câmara, os serviços elétricos são transformados num bem puramente econômico sujeitos apenas às leis de mercado, pensa o presidente da Copel. "Perde-se de vista o conceito de energia como um bem estratégico, promotor de desenvolvimento e de bem-estar soci-

al". Cascaes explica que hoje a rentabilidade das empresas elétricas é garantida pela coexistência de mercados bons e ruins, municípios, ricos e pobres. "Se ficarem apenas com os mercados ruins, as estatais estarão condenadas a operar eternamente no vermelho. Ou os municípios pobres à escuridão", completa.

Lei defeituosa

Tais efeitos foram apontados e discutidos em recente reunião das empresas elétricas com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, em Brasília. Ficou claro, no entanto, que o Governo Federal não pretende alterar essas disposições, comprometendo-se quando muito a - em troca do apoio à aprovação da nova lei - emitir simultaneamente no decreto para corrigir alguns desses malefícios. "Se a lei proposta é defeituosa, para que aprová-la e remendá-la em seguida? Mais racional seria nem aprovar uma Lei sabidamente errada", protesta o presidente da Copel.

Para ele, a única saída possível é todo o setor elétrico tentar um entendimento e consensar princípios para nortear a legislação específica, fortalecendo sua posição de negociação. Além de tentar impedir a aprovação da matéria na forma tratada pelo substitutivo, a estratégia passa pela ampla discussão do assunto com a sociedade de forma a produzir regras que, a um só tempo, garantam os interesses da população e atraiam o capital privado à participação no setor.

Presidentes de concessionárias elétricas querem alternativa ao projeto de concessões

Presidentes de concessionárias de eletricidade e de entidades representativas das empresas do setor foram unânimes em condenar a proposta de regulamentação à Lei das Concessões que tramita no Senado Federal, por considerá-la danosa à sociedade. Mais de 150 técnicos da área estiveram reunidos no dia 21 de outubro, em Curitiba, debatendo o futuro do setor elétrico brasileiro numa promoção do CODI - Comitê de Distribuição, com apoio da Copel (Companhia Paranaense de

Energia). Os trabalhos prosseguiram no dia 22 com reuniões de grupos específicos, para consensar alternativas à proposta de lei existente. As conclusões aprovadas em sessão plenária constituíram documento que balizará todas as ações institucionais do CODI junto ao Congresso. O objetivo é subsidiar os parlamentares encarregados da aprovação das leis que regularão as atividades do setor.

Na abertura do encontro, o presidente da Copel, João Carlos Cascaes, alertou para

o risco de o setor elétrico vir a enfrentar um processo que classificou de "privatização desordenada", cujos reflexos - sociais e econômicos - seriam altamente danosos à sociedade. "Há muito estamos ouvindo o discurso de que as empresas estatais não prestam. Essa é a grande desculpa para que grupos perfeitamente identificáveis façam a apropriação indevida de um patrimônio público de mais de 100 bilhões de dólares", afirmou, "patrimônio esse construído à custa da miséria do povo, pois foi pagando

mal ao trabalhador e exportando comida que o Brasil importou máquinas, equipamentos e construiu seu sistema elétrico".

Temas em debate

O encontro sobre o modelo institucional do setor elétrico colocou em exposição e debate quatro temas de maior importância. "Concessões e Licitações", buscou formas de atender à exigência constitucional de que sejam licitadas todas as concessões para serviços públicos de res-

responsabilidade da União, mas sem os desarranjos que provocará o texto em discussão no Senado. Entre outras consequências consideradas nocivas, essa tal proposta declara extintas as concessões para os serviços de distribuição de eletricidade em três mil dos 4500 municípios brasileiros, desmontando completamente o setor elétrico e acarretando um inevitável aumento nas tarifas elétricas. Deste painel participaram o diretor-geral do DNAEE - Departamento Nacional de

Águas e Energia Elétrica, Gastão Andrade de Lima, o diretor de Gestão Corporativa e Financeira da Eletrobrás, Marcos José Marques, e o ex-diretor de concessões do DNAEE e assessor da presidência da Copel, Fábio Ramos.

No segundo tema tratou-se da "Organização do Setor Elétrico", no qual discutiu-se a adequação do atual modelo às disposições da Constituição de 1988. Entre os presentes, a opinião geral era de que se deve cobrar do

Congresso toda a legislação complementar que até agora, decorridos cinco anos, não foi votada. E sem as leis, tudo fica sujeito "à boa vontade e boas intenções" do Executivo Federal, declarou o assessor da Diretoria de Distribuição da Cesp, César Roland. "É muito pouco para dar estabilidade a um setor tão complexo e que exige investimentos tão pesados". Além de Roland, participaram do tema o presidente da Acesa - Associação Nacional das

Empresas Estaduais de Energia, Silvio Romero, o presidente do CNEC, Carlos Alberto Lohmann, e o diretor de Engenharia e Construção da Copel, Antonio Otelo Cardoso.

Aos outros painéis, "Funcionamento do Setor Elétrico" e "Sistema Tarifário", estiveram presentes o presidente da Eletrobrás, José Luiz Alquéres, o ex-ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Francisco Gomide.

Contrato de concessão pode ser base de novo modelo com tarifa menor

Tarifas elétricas mais baixas como consequência da maior eficiência das empresas prestadoras do serviço: esta deverá ser a principal consequência da adoção dos "contratos de concessão", sugerida pelo Comitê de Distribuição - CODI como proposta de consenso do setor elétrico brasileiro a ser levada ao Congresso Nacional. A idéia foi apresentada pelo presidente da entidade, José da Costa Carvalho Neto, aos participantes do Encontro Nacional sobre o Modelo Institucional do Setor Elétrico, que reuniu as principais autoridades do assunto no país.

Para o presidente do CODI, a criação dos contratos de concessão forçaria as empresas elétricas a buscarem melhores resultados gerenciais, reduzindo custos e praticando tarifas menores, ao mesmo tempo que aprimorariam seus serviços do ponto de vista técnico. "A concessão seria por tempo indeterminado", explicou Carvalho Neto, "podendo vigorar por dias ou muitos anos: só dependeria do desempenho da concessionária". No caso de mau desempenho técnico ou gerencial, auditados permanentemente pelo poder concedente, a concessão seria cassada e em seguida licitada publicamente. A proposta ganhou adeptos no plenário do Encontro, e pode ser apresentada como alternativa à solução preconizada pela Câmara em seu anteprojeto que regulamenta a li-

citação de concessões públicas ainda em discussão no Congresso, que propõe a imediata extinção das concessões vencidas ou concedidas sem prazo determinado com licitações públicas num prazo de cinco anos. "É uma idéia mais razoável essa que defendemos", comparou o presidente do CODI.

Desprendimento

Já o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Francisco Gomide, cobrou desprendimento dos dirigentes de empresas elétricas para que o novo modelo institucional a ser proposto seja, tanto quanto possível, consensual: "Não tivemos a grandeza de superar nossas divergências internas em seguidas discussões ao longo de quase dez anos, e agora nos vemos na iminência de sermos atropelados por uma legislação nada interessante", ressaltou. O tempo perdido foi dedicado, segundo Gomide, à discussão de "falsas questões" enquanto o essencial ficava de lado. "Em vez de nos preocuparmos com a origem do capital da empresa concessionária, se é federal ou estadual, público ou privado, seria mais inteligente falarmos em empresas geradoras, as que constroem as usinas, e empresas distribuidoras, as que levam eletricidade a cada unidade consumidora". Gomide defendeu ainda o ingresso do capital privado no setor elétrico, com regras claras e transparentes, mas com

tratamento idêntico ao dispensado ao capital público: "Há muito advogamos a convivência harmoniosa e produtiva desses capitais. No passado o setor elétrico já foi totalmente privado, há alguns anos é pesadamente estatal, e há de ser daqui para frente sustentado pelos dois", resumiu.

A mesma tese é compartilhada pelo presidente da Eletrobrás, José Luiz Alquéres. "Não há mais dúvida quanto a necessidade do aporte de novos capitais no setor", disse ele, "mas a entrada do capital privado deve se dar sem traumas ou açoitamento. O melhor é trabalhar com calma, critério e, sobretudo, muita atenção ao interesse público".

Privatização nociva

O Encontro Nacional contou ainda com a experiência e conhecimentos do ex-ministro Aureliano Chaves, que



em aplaudido pronunciamento recompôs a história da presença do Estado no setor elétrico e defendeu sua permanência: "A privatização apres-

sada e irresponsável não leva a lugar algum, ou melhor, leva aos piores lugares", ensinou, tomando por exemplo as recentes alienações das empresas do setor petroquímico. "O que fizeram na verdade foi expulsar o Estado da atividade, que é a mais rentável do setor de petróleo. É no que dá privatizar sem saber distinguir ou priorizar". Rejeitando o epíteto de "estatizante inveterado", Aureliano também vê espaços e oportunidades para capitais públicos e privados num mesmo setor, "desde que em igualdade de condições". No setor elétrico especificamente, o ex-ministro acha que é possível haver participação crescente do investidor privado, "mas o Estado sair mesmo, só daqui a uns 20 ou 30 anos".

Quanto ao programa de privatização do Governo Federal, que parece mirar as empresas elétricas como próximo alvo, Aureliano Chaves disse, em princípio, que "isso não é um programa" e colocou dúvidas quanto à destinação dos recursos auferidos com as vendas. "Ninguém sabe para onde está indo o dinheiro, e vendendo suas estatais desordenadamente o Governo apenas está piorando a vida de todos os brasileiros". E alertou: "Já venderam as siderúrgicas; se faltar aço, importa-se. E se faltar eletricidade, que não dá para importar, fazemos o quê?" Por fim, fez uma análise da economia brasileira: "É impossível equilibrar finanças públicas num país em recessão, a menos que haja um pacto".

Copel e Sema vão recuperar lago de usina para lazer da população

Uma antiga aspiração dos municípios do Noroeste paranaense, mais especialmente de Campo Mourão e Luiziana, começa a ser concretizada pelas mãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Copel. Através de um protocolo de intenções assinado em 19 de outubro pelo secretário Eduardo Requião, pelo presidente da concessionária João Carlos Cascaes, e pelos prefeitos Rubens Bueno e Santo Monegat, as entidades comprometem-se a realizar estudos para a recuperação do Lago Azul, como é conhecido o reservatório da Usina Hidrelétrica Mourão I, tanto no que se refere a preservação das margens quanto a qualidade da água ali armazenada. Os estudos deverão estar concluídos em 60 dias e conduzirão à formulação de um plano diretor contendo as diversas ações necessárias à revitalização da região do Lago, que futuramente sustentará um grande projeto de lazer, turismo ecológico e educação ambiental.

Durante o ato de assinatura do protocolo e de outros dois convênios complementares na sede da Copel em Curitiba, o secretário Eduardo Requião revelou ser o Projeto Lago Azul a primeira iniciativa de uma série destinada a inserir o Paraná nos roteiros do turismo ecológico brasileiro. "Para tanto queremos a participação dos investidores privados, pois da parte da administração pública a colaboração será total", destacou o secretário que garante já contar com o apoio do governador Roberto Requião. "O turismo ecológico é uma nova forma de lazer que cresce a taxas superiores a 10 % ao ano em todo mundo, ou seja, as pessoas estão cada vez mais interessadas em conhecer belezas naturais preservadas, e o Paraná tem muito a mostrar". Para colocar o Estado no mapa do ecoturismo



mundial, Eduardo Requião adiantou estar em entendimentos com a Varig para que os vôos internacionais com destino a Manaus e ao Pantanal venham a ser estendidos até Foz do Iguaçu. E a partir daí, interessar os turistas para que conheçam recantos como o Lago Azul, o "canyon" do Quartelá, Vila Velha, a Estrada da Graciosa e a cidade histórica de Guaraqueçaba.

Lago Azul

O reservatório da Usina Mourão I tem área de 11,3 km², acumula 65 mil m³ de água e alimenta a hidrelétrica de 7,5 Megawatts construída pela Copel em 1964. Com a intensiva mecanização agrícola da região próxima, o Lago Azul tem sofrido a ação decorrente do desmatamento nas margens e da aplicação de defensivos agrícolas, apresentando problemas com assoreamento e infiltração de agentes químicos. O plano de recuperação a ser desenvolvido pela Copel com auxílio da SEMA e das prefeituras vai atacar em curto prazo esses efeitos, e paralelamente será dado início a um programa mais demorado visando colocar fim às causas. Nisso se inclui a orientação aos agricultores para recomposição das matas ciliares e cuidados na aplicação de defensivos na lavoura, conhecimentos aliás que serão estendidos às crianças conforme pre-

lógica.

Essa mesma área de 8,3 hectares vai virar também área de lazer, franqueada à frequência pública. Este é o objeto do segundo convênio complementar, que envolve Copel, SEMA e Prefeitura de Campo Mourão. Para o local, será discutido um plano de manejo e sustentação definindo as benfeitorias e equipamentos de lazer a serem construídos pela Prefeitura como churrasqueiras, banheiros sanitários e demais instalações. Trilhas ecológicas também serão demarcadas, de forma a permitir práticas orientadas de preservação da natureza através da educação ambiental. Ao final, como o Lago Azul já recuperado, a área do reservatório será convertida no grande pólo regional de lazer e divertimento da população, concretizando um antigo anseio daqueles municípios.

O SEGREDO FOI DESVENGADO!



29 DE SETEMBRO 1 ANO DE GERAÇÃO

Empresa vai investir US\$ 9 milhões para melhorar redes de distribuição

A Copel vai investir quase 9 milhões de dólares durante os próximos doze meses para melhorar as condições de funcionamento do seu sistema de distribuição de energia elétrica. O programa de obras contempla boa parte dos 365 municípios que compõem a área de concessão da empresa, e resultará em sensível melhoria nos índices de confiabilidade e na qualidade dos serviços.

Com os recursos previstos, a Copel irá construir 233 km de linhas de distribuição e alimentadores, reforçar 256 km de linhas e alimentadores já existentes

(mediante a troca dos condutores atuais por outros de maior bitola, capazes de transportar cargas mais elevadas), melhorar 684 km de circuitos em baixa tensão desdobrando-os em novos circuitos, e construir 30 km de linhas compactas (as chamadas Linhas Verdes) na cidade de Maringá.

A Companhia prevê ainda executar uma programação especial de obras no litoral, beneficiando os consumidores dos balneários de Matinhos, Praia de Leste, Pontal do Sul e Guaratuba. Nessas localidades a Copel vai construir 11 km

de novos alimentadores, reforçar 3,3 km de linhas existentes, e melhorar as condições de funcionamento de 60 circuitos de distribuição em baixa tensão.

Qualidade Total

O Programa de Qualidade de Redes Elétricas idealizado pela Copel integra o seu Planejamento Estratégico, que prioriza a Qualidade Total no atendimento ao consumidor. Isso quer dizer que a empresa pretende perseguir sistematicamente índices menores de duração e frequência dos

desligamentos, oferecendo ao público serviços cada vez melhores.

A verdade é que até recentemente, a política tarifária praticada pelo Governo Federal impunha fortes restrições financeiras aos programas de investimento das empresas elétricas. E os efeitos dessa política se refletiram de forma ainda mais danosa sobre a Copel, que priorizou a aplicação de recursos na construção da Usina de Segredo - obra essencial para garantir oferta de eletricidade em níveis satisfatórios ao mercado. Pela combinação desses fatores, por anos seguidos os programas voltados à distribuição de eletricidade sofreram cortes, notadamente as obras destinadas a qualidade do fornecimento.

Premiações do PISC

Luiz Carlos Santos Freitas, lanterneiro lotado no DPTP desenvolveu, e já está sendo utilizado com sucesso na oficina, um sustentador de maçaricos. O dispositivo, que é regulável em altura, sustenta os maçaricos de solda enquanto aceso e nos intervalos, quando o latoeiro trabalha a peça. O trabalho, premiado em outubro, dispensa a participação de um ajudante, além de evitar risco de acidente com o trabalhador.

Amaury dos Santos, operador de máquinas operatrizes sugeriu que em vez de recuperar os pinos de articulação do sistema de giro dos guindautos, novos fossem feitos. A economia, segundo ele, é de material e

tempo - hoje, para toronar cada peça, são utilizados 15 eletrodos de solda e o serviço demora uma hora e meia. Além do mais a recuperação é de resistência duvidosa.

Gilberto André e Luiz Altair Gusso, lotados no DPTP, inventaram um dispositivo hidráulico para liberar pistões de pinças de freio engrapados. O sistema atualmente utilizado oferece riscos de danos irreparáveis à peça, além de ser perigoso ao trabalhador. O novo sistema consiste no uso de um cilindro mestre de acionamento da embreagem dos Toyotas, incorporado a uma chapa de suporte, alavanca de acionamento e de um tubo flexível de freio.



Luiz Altair Gusso, tendo à direita o companheiro de premiação Gilberto André, recebendo o prêmio das mãos de Fernando Kom, superintendente Administrativo.



Premiação de Amaury dos Santos...



...e de Luiz Carlos Santos Freitas.

DPDP - Ano 30

O Ano 30 do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal - DPDP - será comemorado em grande estilo. Um calendário de festejos, que só será encerrado no dia do 31º aniversário da área, está sendo organizado para marcar e relembrar as três décadas das atividades de treinamento e aprimoramento profissional na Copel.

Além da abertura da programação no dia 12 de novembro, estão oficialmente confirmados os seguintes eventos: concurso para elaboração de logomarca do DPDP - 30 Anos, lançamento do Projeto Cultural 12h30 (uma vez por mês, o auditório do km 3 vai se transformar num centro irradiador de arte



com apresentação de músicos e artistas profissionais ou amadores, da Copel ou não), mostra do acervo histórico do Departamento

(fotos e documentos), e batismo do auditório e da praça do Pólo do km 3 (do qual participarão os empregados).

Prêmio Quilometragem

Estes são os empregados que se destacaram na condução de veículos da Empresa, não se envolvendo em acidentes e não ultrapassando o limitador de velocidade:

Março/93

200.000 km

Orides Atilio Costa

Norberto Assis Fraguas

100.000 km

DDI/SRC

DEF/SSU

Mauro Miguel da Silva

Alcides Mileski

José Antonio Lara

Valdomiro Mariotti

Francisco Yoiti Ikeda

Antonio Jovinski Rocha

Ivo Aparecido Martins

Mauro Roberto de Almeida

Antonio Martinelli

Oswaldir Rodrigues dos Santos

Mário Zubreski

50.000 km

Pedro José Baptista

Valdemiro Benigno Correia

Orides Atilio Costa

Oduvaldo Pirajá Araújo

Daniel de Campos Fonseca

Mauro Nunes de Oliveira

Edjalmo Rodrigues Pereira

Leonardo Chiquitto

José Antonio Morassutti

José Castaldon

Antonio Osni Pires de Oliveira

Jorge Luiz Kmita

Jose Eurides

José Eudes Pasturczak

Adão Carlos Vincoski

Francisco de Souza Alencar

Aparecido Félix dos Santos

Aucyr Cassaro

Oswaldo Gomes da Silva

Ramon Espindula

Luiz Antonio Niero

Revair Sanchez

Laurindo do Nascimento Ebert

Reinaldo Mazurechen

Carlos Ronaldo Lopes Barbosa

Claudionei Alves da Silva

Paulo Stella

DDI/SRC

DDI/SRL

DAD/SAD

DDI/SRV

DDI/SRV

DDI/SRC

DDI/SRL

DOP/SML

DEF/SSU

DDI/SRM

DOP/SMO

DDI/SRM

DOP/SML

DDI/SRC

DDI/SRM

DDI/SRV

DDI/SRL

DDI/SRV

DDI/SRV

DDI/SRM

DDI/SRV

DEC/SOG

DDI/SRC

DEC/SOG

DDI/SRP

DOP/SMN

DDI/SRP

DDI/SRC

DDI/SRV

DDI/SRV

DDI/SRL

DDI/SRC

DDI/SRC

DDI/SRL

DAD/SAD

DEC/SOG

DDI/SRL

DDI/SRV

DDI/SRP

Rubens Romão da Silva

Edgard Jankowski

Edvaldo Ribeiro

Charles Bittencourt Nunes

DDI/SRL

DDI/SRL

DDI/SRM

DDI/SRC

Abril/93

150.000 km

Luiz Carlos Seratto

100.000 km

Antonio Alves dos Reis

Carlos Magno de Oliveira

Rodolfo Gustavo Born

Carlos Kasperowicz

João Maria Julier Faria

Luiz Alberto Rocha

Jorge Luiz Zachi Sanchez

Ademir Josias Chagas

Ademir Rambo

50.000 km

Aristides dos Santos Barbosa

Augusto Aparecido Jorge

Anônio Lanza

Dilvo Albanese

Israel Emilio da Silva

Carlos Alberto Rockenbach

João Carlos Alves Ciena

José Aroldo Barbosa

Eroni Lima de Souza

Valdir Chaves

José Batista Libânio

José Bevilaqua

Vanderlei Cipriano de Souza

Clemente Zubreski

Antonio Soares

Dirceu da Silva

Jair Marcolino

Izaltino Celeste

Oswaldo Martins

Antonio Roberto Percicotte

Eugênio Didur

Ezídio Martelli

Paulo Roberto Dachery

Antonio Carlos Ferreira

Claudemir Egos Fries

Marcos Mariano

Antonio Carlos F. dos Santos

José Roberto Crivoi

Mário Cordeiro de Faria

DEC/SOG

DDI/SRL

DDI/SRM

DDI/SRC

DDI/SRV

Copel profissionaliza menores carentes

O estudante Paulo César Portel, de 15 anos, trabalha há um ano e meio no Centro de Distribuição da Copel em Francisco Beltrão como "Office-boy", no período da tarde. De manhã, faz a 1ª série do 2º grau. O

Implantados a partir de 1989, os programas abrigam 350 meninos e meninas e estão agora sendo ampliados com a abertura imediata de aproximadamente 60 novas vagas em todo o Estado.

cursando o 2º grau regular. Eles trabalham quatro horas diárias e assinam contratos de 12 meses, que podem ser prorrogados por igual período.

É o caso da catarinense Suzana Selleri, contratada em fevereiro deste ano. Ela virou uma espécie de coringa na pequena agência a 20 km de Cascavel. Ali, onde só está lotado um electricista, Suzana atende o telefone, recebe os consumidores, anota recados, registra reclamações e arquiva documentos, entre outras atividades. Ainda não sabe que profissão seguir, mas nutre a esperança de passar em concurso público da Copel após completar os 18 anos.

O mesmo sonho acompanha Paulo César nas suas andanças de bicicleta por Francisco Beltrão entregando malotes e fazendo serviço de banco. Ele integra outro programa, o Guarda-Mirim, destinado a menores carentes vinculados a instituições assistenciais e por elas indicados. Nesse caso, não se exige

escolaridade mínima, mas apenas que os menores estudem. Eles podem ser contratados por tempo indeterminado, para quatro ou oito horas diárias de jornada, recebendo 50% ou 100% do salário mínimo, além da cobertura do seguro de acidentes pessoais.

Com o novo redimensionamento feito pela Superintendência de Recursos Humanos das necessidades de pessoal da Copel, o número de vagas para guardas-mirins pulou de 29 para 94, e pode crescer ainda mais. Um novo estudo será feito e pode resultar na extensão dos programas também para Curitiba, onde a companhia se utiliza de empresas prestadoras de serviço. O esforço da Copel na profissionalização de adolescentes contempla ainda o programa Menores Aprendizes, desenvolvido em parceria com o Senai e que beneficia nove estudantes no interior do Estado. Eles estão estagiando nas áreas de mecânica e eletricidade básica, devidamente remunerados.



meio salário mínimo que recebe cobre suas despesas pessoais e ajuda a avó que o criou. Sua colega Suzana Selleri, aos 16 anos, aprende o ofício de secretária e telefonista na Agência da Copel em Santa Tereza do Oeste, à tarde, e estuda de manhã. Os dois adolescentes são carentes, e ainda têm em comum a participação em programas da Copel que visam oferecer empregos e profissionalizar os menores de baixa renda.

Em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, através da Fundepar, a Copel mantém atualmente 321 menores carentes em postos de trabalho distribuídos no interior do estado. São os bolsistas, que recebem mensalmente meio salário mínimo e a cobertura de um seguro de acidentes pessoais. Encaminhados pela rede escolar, que os identifica entre os melhores desempenhos, os menores devem estar

Honraria da FAB



O gerente do Centro de Atendimento Comercial de Curitiba, João Manoel Alves, é membro honorário da Força Aérea Brasileira. A honraria distingue pessoas que prestaram "valiosa ajuda e prestimosa cooperação às organizações do

Ministério da Aeronáutica", e é evento tradicional dentro das comemorações do Dia do Aviador.

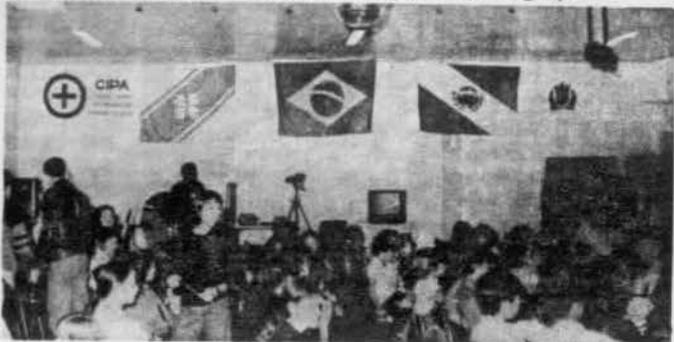
João Manoel recebeu medalha e certificado do coronel-aviador José Orlando Bellon, no quartel do Bacacheri, em 22 de outubro último.

Sipat em Figueira

Os empregados da Usina de Figueira realizaram sua 17ª Sipat nos dias 14 e 15 de setembro. As atividades foram desenvolvidas no Clube Recreativo e Esportivo da Usina e contou com a participação de estudantes e convidados não-empregados.

"Não houve vencidos. Todos os que participaram foram

ganhadores porque alguma coisa de novo foi mostrado ou se aprendeu", disse Yoshio Nishiyama ao encerrar a Sipat. No final houve premiação para as atividades apresentadas pela Administração (1º lugar), Operação (2º lugar), Escola (3º lugar), e Manutenção Mecânica (4º lugar).



Seminário de Informática Debate a Integração no Paraná

O secretário estadual de Planejamento, Carlos Arthur Krueger Passos, abriu no dia 3 de outubro no auditório da Copel, em Curitiba, o I Seminário de Informática e Informações no Governo do Paraná, ressaltando que a "estrutura técnica e de informática é uma das alavancas para o avanço qualitativo do trabalho do setor público em benefício de sua população". Segundo ele, o Paraná é um Estado pioneiro na estruturação de um Sistema Estadual de Informações - o fórum onde deve ser definida a política paranaense para essa área e cujas primeiras discussões começam a ser travadas.



cos de todo o governo, com a missão de incrementar a integração entre órgãos e empresas ligadas à administração estadual. Foram co-promotores do evento Copel, Sanepar, Celepar e Banestado. A sessão de abertura con-

tou com a presença do diretor econômico-financeiro da Copel, Gilberto Griebeler, do diretor-presidente do Celepar, Paulo Roberto de Mello Miranda, do diretor de informática do Banestado, Flávio D'Aquino, do superintenden-

te de informática da Sanepar, do secretário executivo da Coordenação Geração de Integração de Informática e Informações, Antônio Urban e do superintendente de informática da Copel, Nelson Luiz Gomez.

O Governo do Estado pretende, através da integração de todos os serviços de processamento de dados da administração direta e indireta, unificar normas e padrões, produzir e armazenar informações a partir dos mesmos critérios. Com isso, o setor público passa a falar uma só linguagem e torna disponível para todo o sistema e para a população o maior volume possível de informações importantes.

O seminário reuniu técni-

Admissões

Fevereiro

| | |
|-----------------------------------|----------|
| João Francisco Henrique | SGR/DPGO |
| Claudia Cristina dos Santos | SAD/DPAC |
| Laudson de A. Anselmo | SAD/DPAC |
| Cleversom Luiz da S. Pinto | SED/DPDS |
| Vera Lúcia H. F. Vara | SRC/CACB |
| Nilsom Barbieri | LAC/CPDM |
| José Milinari Pinto | SED/DPDS |
| Miguel de Souza | SRC/DPRA |
| Jesiel Antonio dos Santos | SRC/CTCB |
| Eduardo Correa da Silva | SRM/CDMG |
| Fernando Luiz Bergamasco | SRM/CDUM |
| José Augusto Demeu | SAD/DPAC |
| Osnildo Teixeira Luiz | SRP/CDIR |
| Gilberto Conti | SDI/DPPD |
| Sérgio Adriano de Paula | SRC/CACB |

Março

| | |
|--------------------------------|----------|
| Júlio César da Silva | SRP/CDPG |
| Zélia Sprada | SRP/CDIR |
| Márcia Regina Augustin | SSU/DPAA |
| Dari Angelo B. Moreira | SRM/CDUM |
| Joel Ribeiro Bueno | SRP/CDPG |
| Sigmur Renaldo Wolff | SAD/DPTP |
| Marlene Maria S. Zanetti | SAD/DPDM |
| Nelson Luiz Loss | SGR/DPGE |
| Nilcéio Ratin | SGR/DPGE |
| Jurandir Bonfim da Silva | SRC/CACB |
| Wilson C. de Almeida Jr. | SRC/CDCN |
| Laércio José Waligura | SOG/DPHS |
| José Nilo Danielli | SRV/CDCV |
| Estefano Myszak | SGR/DPAG |
| Waldirney Tavares Jr. | SRP/CDUV |
| Jairo Granela | SAD/DPTP |
| Ismael Tavares da Silva | SRC/DCPA |
| Josniel Carlos da Silva | SRC/DPRA |
| Adriano Reis Figueredo | SRL/CDLN |
| Aparecido D. Carniatio | SRL/CDAP |
| Marisa A. B. Valério | ARP |
| Ana Maria B. Correa | SSU/DPAG |
| Alípio B. de Almeida | SAD/DPTP |
| Élcio Luiz Suckow | SOG/DPAS |
| Edson Lachovicz | SRC/CDCN |
| Oscar Fernandes | SOG/DPHS |
| Luiz I. dos Santos | SOG/DPHS |
| José Gugelmin Velho | SRC/CDCN |
| Antonio V. A. da Luz | SOG/DPHS |
| Eloi Lourenço da Silva | SOG/DPHS |

Designações



José Roberto Ribas para gerente do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal, da SRH/DAD, em 21.10.93.



Rubens Roberto Blaszyk para coordenador-geral do Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica, da PRE, em 13.09.93.



Ademir Luiz de Sá para assistente do Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica, da PRE, em 15.09.93.



José Otávio Banzatto para gerente da Divisão de Projetos de Instalações Elétricas, do DPMD/SCD, em 25.08.93.

Escoteiros

Uma aventura no Rio Iguaçu

Trezentos jovens e 25 chefes. Este o contingente reunido em 23 e 24 de outubro último na Usina Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia). Um acampamento assim não acontece facilmente. Um grande número de voluntários, motivados pela vontade de auxiliar na educação de jovens, cuida de todos os detalhes.

correm o reservatório da usina. Em cada uma delas 6 Escoteiros e Escoteiras, atentos contemplando a floresta e concentrados em sua missão: mostrar que o Rio Iguaçu tem um grande potencial turístico. Na primeira curva eles encontram biguás em vôo rasante, buscando alimento para seus filhotes.

equipe volante da Copel, visitaram a área rural próxima da usina. "Valeu a visita!", comentava uma jovem de 14 anos, ainda impressionada com as cenas de miséria que presenciou daquela população. Além do serviço de vacinação, Seniores e Guias realizaram um amplo trabalho de orientação sobre higiene e saúde. Seus relatórios foram encaminhados à Secretaria de Saúde de Pinhão.

passos de dança, tentando acompanhar o ritmo.

O desafio da manhã de domingo é o plantio de 300 mudas de árvores e flores na rua principal de Pinhão e na praça do Escoteiro, que será inaugurada no dia 15 de dezembro, dia da fundação da cidade. A praça faz jus ao nome, bem no centro uma Flor de Lis de aproximadamente 4 metros de diâmetro recebe flores e árvores.

Um aperto no coração ocorre na medida em que as barracas vão sendo desmanchadas.

Na hora da partida, despedidas, abraços e uma saudade que já toma conta. Todos entram no ônibus para a viagem de volta. Apenas o Grupo Roberto Anrain permanece no local, todos cansados e felizes, com a consciência tranquila do dever cumprido.

Dois chefes entram no pátio da escola para o almoço. Um deles comenta que dentre os segredos do sucesso estão a surpresa e a emoção. A Banda da Casa da Cultura de Guarapuava surpreende a todos: executa a ópera Carmem. Crianças e jovens assistem ao magnífico espetáculo enquanto um jovem alegre e descontraído ensaia alguns

Mais adiante, majestosa cascata derrama suas águas lembrando um véu de noiva. O experiente timoneiro diminui a velocidade do barco para não atrapalhar alguns pescadores que aproveitam o final de semana.

Um ponto alto da programação: aproveitando que sábado foi o dia nacional de vacinação, Seniores e Guias se propuseram a auxiliar a comunidade. Juntamente com a



Os Lobinhos do Grupo Escoteiro Roberto Anrain sobem correndo a colina e homenageiam as autoridades que recebem uma pequena lembrança: o Sr. Antenor, Prefeito de Pinhão; o Engenheiro Cascaes, Presidente da Copel; o Engenheiro Aldino, Superintendente de Manutenção da Região Oeste; a Sra. Laureci, Coordenadora local da infra-estrutura; o Engenheiro Marcos, responsável pela segurança na visita à Usina; e o Sr. Élio, encarregado das montagens externas.

Para surpresa geral o maestro Celso Pinheiro comanda a execução do hino para comemorar os 39 anos da Copel.

Ao som do Hino Nacional, executado pela Banda da Casa da Cultura de Guarapuava, são içadas as bandeiras do Brasil; do Paraná; dos Municípios de Pinhão, Londrina, Curitiba, Cornélio Procópio e Manoel Ribas; da Copel; da União dos Escoteiros do Brasil; dos Grupos Escoteiros Luz de Baden, Morro dos Ventos, Don Oriene, Coração do Paraná, Sival Martins Araújo, Roberto Anrain e Campo Comprido.

Oito lanchas a motor per-

Miss Estudantil



Kenia Rosa Batista, 13 anos, é a Miss Estudantil 1993 da cidade de Terra Rica, no noroeste do Estado. Filha de Heloisa e Joaquim Gonçalves Batista (ele empregado lotado na agência local da Copel) cursa a 7ª série no Colégio Santo Inácio de Loyola. A foto é de Jorge Yoshio Komatsu, copeliano da agência de Loanda.

Monitoração de raios: vale a pena?

José Mario Moraes e Silva
LAC/DPEN/VATE

Em Curitiba o tempo está bom e o pôr-do-sol é agradável, mas a trezentos quilômetros de distância uma tempestade penetra no Paraná e uma descarga atmosférica atinge uma das linhas de transmissão do sistema elétrico, provocando o seu desligamento. Com a linha bastante carregada pela hora da ponta, seu desligamento provoca uma perturbação no sistema, deixando Curitiba e boa parte da Região Sul no escuro, com conseqüências sérias e dispendiosas.

Se, entretanto, tivesse sido possível conhecermos a rota da tempestade, poderíamos ter modificado o carregamento das linhas de transmissão, aliviando as rotas de maior risco e transferindo a carga para linhas "mais seguras". Mais do que isto, as equipes de plantão para atendimentos de emergência da distribuição poderiam ter ficado de prontidão ao invés de serem apanhadas de surpresa.

Um eficiente sistema de monitoração de descargas atmosféricas que nos permitisse monitorar e prever os locais de ocorrência de raios, certamente proporcionaria informações preciosas para a operação do sistema, a programação de serviços em linhas e subestações, o planejamento de serviços em redes urbanas, entre outras vantagens. Ao longo do tempo, estas informações nos permitiram conhecer as curvas cerâmicas preciosas de nosso Estado, as quais são de grande importância para a Copel para muitas soluções de engenharia e para estudos de confiabilidade.

É exatamente isto que faz a CEMIG após ter constatado que 73% dos desligamentos não programados em seu sistema eram provocados por descargas atmosféricas e ter então instalado um sistema

para detecção e localização de raios.

Como funciona?

O funcionamento do sistema se baseia no fato que toda descarga atmosférica produz ruídos de frequência característica. Uma vez captados pelas antenas das estações sensoras, a informação é transmitida, em tempo real, para uma central de processamento. Por um processo de triangulação, pela diferença de campo do sinal recebido por três ou mais sensores, o sistema determina a posição da descarga.

Para a Copel o sistema ideal seria composto por seis estações sensoras equipadas com antenas capazes de "perceber" descargas atmosféricas tipo nuvem-terra ou terra-nuvem, localizadas em pontos estratégicos de maneira a cobrir toda a área do Estado do Paraná, e uma estação central (na SGO, em Curitiba) com os processadores ligados ao núcleo inteligente do SIMEPAR, que também teria acesso aos dados em tempo real, permitindo enxergar tempestades com quedas de raios em todo Estado e localizar o ponto de queda de cada raio com precisão da ordem de um quilômetro.

Quem utiliza?

Sistemas de localização de descargas atmosféricas já são bastante utilizados no exterior sendo que na Europa existem sistemas que cobrem mais do que um país e nos Estados Unidos todos os estados são cobertos por sistemas interligados entre si.

No Brasil, em 1988, a CEMIG passou a operar um sistema de localização de descargas atmosféricas tipo LPATS ("Lightning Position

And Tracking System"), com quatro sensores instalados no Estado de Minas Gerais. Está bastante satisfeita com o seu sistema e adquirindo mais dois sensores para melhorar ainda mais a precisão de localização.

O Estado de São Paulo está igualmente em vias de adquirir o seu próprio sistema.

Outras vantagens

A queima de transformadores de distribuição na Copel atinge cifras elevadas, cerca de 12.000 peças por ano, o que representa alguns milhões de dólares anuais. Um dos maiores fatores (se não o maior!) para as queimas, é queda de raios. Se já contássemos com um sistema de localização de descargas, estaríamos trabalhando com muito maior riqueza de informações, o que facilitaria bastante a busca de soluções para a redução do número de falhas.

Evidentemente não apenas a Copel, mas todo o Estado do Paraná, seria beneficiado com a implantação deste sistema. As outras empresas de energia elétrica que operam em nosso estado (Itaipu, Furnas e ELETROSUL) poderiam obter os mesmos benefícios, assim como também para a aeronáutica, para as indústrias e para a população em geral, esses dados seriam de grande valia.

Quanto custa?

Um sistema capaz de atender as nossas necessidades deverá custar algo como seiscentos mil dólares, o que representa menos que o preço de um transformador de força de 50 MVA ou metade de um bay de uma subestação blindada de 500 kV ou, ainda, um quarto do preço de um gerador de impulso de 3,2 MV. Além disso, o retorno que um sistema como este poderá nos trazer, mais do que compensará o investimento, que deverá ser totalmente recuperado em pouco mais de dois anos.

E na Copel?

A aquisição de um sistema para a detecção e localização de raios está prevista dentro do projeto do Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR. Espera-se que o SIMEPAR seja aprovado pelo FINEP dentro dos próximos 3 ou 4 meses, viabilizando, assim, a compra do sistema de localização de raios para a Copel, colocando a Companhia em contato com mais uma avançada tecnologia, a qual deverá nos trazer diversos benefícios.

Resposta:

Vale a pena, e muito! As vantagens são inúmeras e os benefícios econômicos para os usuários significativos. Um único grande blackout que se evite poderá pagar todo o sistema.

"Os pequenos atos que se executam são melhores que todos aqueles grandes que se planejam".

George C. Marshall

"O que mais desespera não é o impossível, porém o possível não alcançado".

Robert Mallet